

ATA N.º 169 / XII / 4.ª SL

Aos dezassete dias do mês de fevereiro de 2015, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, sucessivamente, na sala do Senado e na sala 7, do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata.

Foi a seguinte, a Ordem do Dia (OD):

14:50 Horas - (1ª Parte)

Audição com a Vice-Presidente da Comissão Europeia e Alta Representante da EU para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Federica Mogherini, sobre a política externa da União Europeia.

(audição conjunta com a Comissão de Defesa Nacional e Comissão de Assuntos Europeus)

15:40 Horas - (2ª Parte)

1. Informações.

2. Apreciação de Parecer:

Proposta de Resolução nº 101/XII/4ª - "Aprova a Emenda ao Artigo 38.º dos Estatutos da Organização Mundial do Turismo e a Emenda ao Parágrafo 12 das Regras de Financiamento anexas aos Estatutos da Organização, que foram adotadas, em 1979, na 3.ª Assembleia Geral desta Organização (Resolução 61 (III)), realizada em Torremolinos"
Deputado Relator, Ricardo Batista Leite (PSD).

3. Aprovação de Atas:

Nº 159, de 6 janeiro de 2015;
Nº 162, de 13 de janeiro de 2015.

4. Outros assuntos.

1.ª Parte.

O Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CPNECP), deu as boas vindas à Assembleia da República à Senhora Alta Representante da União Europeia para os Negócios estrangeiros e Política de Segurança, e Vice-Presidente da Comissão, Federica Mogherini __ por diante abreviadamente mencionada como Alta Representante __, o que fez também em nome dos restantes Presidentes das Comissões de Defesa Nacional, e dos Assuntos Europeus, igualmente presentes. Explicou, de seguida, a metodologia que iria ser adotada, na tentativa de conciliar a participação dos Senhores Deputados, face ao tempo para o efeito disponibilizado, evidentemente curto.

Na sua alocução, o **Senhor Presidente** realçou o período de paz que a Europa tem beneficiado desde o final da Segunda Guerra, reflexo de lideranças políticas sábias, pese embora a sua longa história de conflitos que faz deste continente um dos mais instáveis. Realçou o pragmatismo e o idealismo subjacente ao processo de construção europeia e questionou sobre se existem já contactos da Senhora Alta Representante com o Conselho acerca do problema da Grécia, central para o desenvolvimento da Europa. Referiu que as avaliações a efetuar neste âmbito devem ir além da vertente financeira, lembrando que, tal como avisaram alguns dos fundadores da moeda única, este projeto não funciona nem pode funcionar da forma ofensiva e inaceitável para as democracias dos diferentes Estados que o integram, lembrando nada de bom pode resultar da violência e humilhação económica. E questionou sobre se os defensores desta política estariam preparados para a desagregação económica, social e política que daí pode advir. Em consequência, referiu ainda, existe o perigo latente de irresponsáveis virem a ser eleitos em diversos países da União, cujo pensamento é contrário às instituições europeias e ao seu projeto comum.

De seguida, usou da palavra a **Senhora Alta Representante** que agradeceu as boas vindas e saudou os Senhores Deputados presentes, alguns antigos parlamentares europeus com quem havia já trabalhado. Descreveu o périplo pelos parlamentos dos vinte e oito estados-membros como um tributo à instituição parlamentar. Reconheceu que a Grécia está no centro das atenções da Europa, embora tenha recusado entrar em pormenores por estarem a decorrer negociações de grande importância e responsabilidade, devendo deixar-se que a diplomacia faça o seu trabalho. Frisou, seguidamente que se trata da primeira visita a Portugal de um responsável pela política externa europeia, num momento em que o sul da Europa se confronta com uma conflitualidade com enorme potencial de instabilidade para todos os europeus. Tem defendido, por isso, neste primeiro mês de trabalho, a ideia da necessidade de “mais União Europeia”, também na América do Sul, na

África de influência mediterrânea e a leste, onde estão em causa fatores essenciais das relações internacionais: a soberania e as fronteiras. Daí a relevância do recente acordo de Minsk. Relembrou que presentemente, Portugal figura entre os três ou quatro países europeus que não estão energeticamente dependentes do gás natural russo, realçando, no entanto, o espírito de “equipa europeia” que devemos privilegiar, de forma a que quando fale um seu representante fale toda a União, e não apenas a sua Comissão ou o seu Conselho, essencial para que possa ser dada continuidade ao projeto de segurança externa da União, iniciado pelo Senhor Solana.

Finda a alocução da senhora Alta Representante, o Senhor Presidente devolveu a iniciativa aos Senhores Deputados, a fim de formularem as questões que entendessem relevantes, tendo tomado a palavra o **Senhor Deputado Ribeiro e Castro (CDS/PP)**, o qual começou por cumprimentar a Senhora Alta Representante. Separando as agendas interna e externa da União, acentuou as questões do estado islâmico e da Rússia, sendo que nesta última e do respeito que vier a conhecer a implementação do segundo acordo de Minsk, depende, em seu entender, a guerra na Europa, na certeza de que ninguém na EU é inimiga da Rússia, embora não possa aceitar-se a postura desta, pouco consentânea com os princípios modernos do Direito internacional.

De seguida, interveio o **Senhor Deputado José Lello (PS)**, que saudou a Senhora Alta Representante. Da agenda de política externa com que a UE se confronta, destacou a questão da Líbia, cujo vazio de poder é culpa, em seu ver, da atuação de diversos países da EU, que não pode ficar expectante, pelo contrário, deve ter um postura mais interventiva, questionando sobre que política deve ser esta e até onde deve ir.

Interveio seguidamente o **Senhor Deputado António Rodrigues (PSD)**, que saudou a Senhora Alta Representante. Questionou sobre se, independentemente do acordo de Minsk, a UE possui uma posição única que vá além da soma das posições individuais dos seus diferentes Estados. Relativamente aos líbios, perguntou sobre o pode a Europa oferecer-lhes, extensível a todo o norte de África, onde as pessoas buscam uma vida melhor, de que é exemplo trágico a imigração ilegal que diariamente atravessa o mediterrâneo.

Seguidamente, usou da palavra o **Senhor Deputado António Filipe (PCP)**, o qual, depois de ter saudado a Senhora Alta Representante, lamentou a falta de tempo para debater questões importantes para Portugal. Sublinhou o estado a que chegou a segurança europeia com a crise na Ucrânia, na Líbia e no Iraque __ que está na origem do estado islâmico __, fruto da intervenção individual de diversos países europeus. Perguntou para quando será possível resolver a questão palestina, designadamente, quanto à possibilidade de dois Estados vizinhos poderem viver em paz.

Interveio a seguir o **Senhor Deputado Miranda Calha (PS)** que começou por cumprimentar a visitante. Realçou que os postulados estratégicos que orientaram a UE desde 2008 estão totalmente desatualizados, devendo ser revistos. Destacou a questão da segurança marítima, a qual deve merecer a elaboração de um Roteiro Europeu.

Tomou a palavra o senhor deputado **Paulo Pisco (PS)** para saudar a visita da Senhora Alta Representante ao Parlamento nacional, facto que, replicado pelos restantes parlamentos nacionais, vem reforçar a democracia. Questionou sobre quais são, no entender da Senhora Alta Representante, as causas profundas da atual conflitualidade global, e qual a sua tendência evolutiva próxima, atentas as ferramentas que a Europa pode dispor no presente, perguntando, ainda, se estaria mais otimista quanto à criação de um Estado palestino.

Interveio seguidamente o **Senhor Deputado Costa Neves (PSD)** o qual saudou a presença da Senhora Alta Representante. Questionou sobre se todo o clima de conflitualidade a que assistimos poderá vir a transformar a Europa numa “super fortaleza” pondo em causa o acordo de Schengen.

Seguidamente, tomou a palavra o **Senhor Deputado Vitalino Canas (PS)** que cumprimentou a Senhora Alta Representante. Perguntou-lhe como vê a intromissão de países externos e internos na questão ucraniana, nalguns casos oferecendo armas à Ucrânia. Relativamente à Síria, perguntou se existe da parte da UE algum interesse em fazer evoluir positivamente esta situação, dado existirem posições convergentes.

Devolvida a palavra à Senhora Mogherini para que respondesse em bloco às diferentes questões colocadas, referiu que:

- Relativamente à situação no Médio Oriente, lembrou existirem valores comuns da UE e sublinhou o que já foi conseguido. É importante trazer às negociações alguns países-chave, sendo totalmente impossível que a questão israelo-palestina, e na árabe em geral, a UE tem um papel a desempenhar, juntamente com as restantes organizações internacionais, os Estados Unidos e a Rússia. Referiu que a situação atual não pode permanecer e devem reativar-se as conversações, sob a égide da ONU que já nomeou um representante especial, contando com o apoio da EU, com enfoque inicial na questão da Síria.
- Relativamente à Ucrânia, realçou o papel conjunto da França e Alemanha na negociação dos acordos de Minsk, a qual foi verdadeiramente uma iniciativa Europeia, refletindo as posições do Conselho e da OSCE, a qual conseguiu sentar os líderes russo e ucraniano à mesma mesa. Neste domínio a UE deve garantir, apenas, a coordenação, consultas e apoios necessários, pois é a estratégia que

melhores resultados podem dar, tal qual se provou na situação do conflito na Bósnia. Resumiu a postura de apoio europeu em três pilares, a saber, a criação de condições para um desenvolvimento económico, social e político, a pressão sobre as partes, materializada na imposição de sanções económicas e, finalmente, o privilegiamento da intervenção política à militar.

- Na questão líbia, referiu poder vir a tratar-se uma “tempestade perfeita” na fronteira sul da Europa, onde o conflito se mostra muito fragmentado. O enquadramento tem de ser, em primeira linha dos próprios líbios, seguido de outro a um nível regional e, finalmente, de um nível internacional protagonizado pela ONU.
- A questão da imigração exige que a Europa a coloque em papel cimeiro da respetiva agenda de política externa, o que está a fazer. A PESC, juntamente com as competentes organizações da ONU, deverão conseguir ajustar soluções ao nível local, à luz do Direito Internacional e dos Direitos Humanos. Conclui, referindo ser impossível encerrar as fronteiras dos países de origem e deitar fora a chave, pelo que a melhor forma de prevenir o problema da imigração ilegal é criar condições para a sua legalização.

Nada mais havendo a registar, o Senhor Presidente agradeceu a presença e a participação da Senhora alta Representante, bem como dos Senhores Deputados e deu por encerrada a primeira parte dos trabalhos, cerca das 16 horas e 10 minutos.

2.ª Parte.

Retomados os trabalhos pelas 16.30h, agora na sala 7, e no âmbito do **ponto 1.** da OD, foram tratadas matérias relacionadas com a preparação das audições às diversas entidades da Região Autónoma dos Açores, cuja presença havia sido requerida pelo PS. Dada a realização das jornadas parlamentares do PSD para 3 de março, foi entendimento unânime que os agendamentos transitem para a reunião seguinte da Comissão e decorram num dia único, de forma sucessiva.

Relativamente ao pedido de audiência solicitada pelo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular do Bangladesh, ficou para o efeito apazado o dia 24 de fevereiro, pelo meio dia.

Seguidamente, o Senhor Presidente deu a conhecer um pedido formulado pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, sob cuja égide estará em Portugal um grupo de representantes eleitos norte-americanos luso-descendentes, solicitando um encontro de trabalho para o próximo dia 20 do corrente mês. Dada a amplitude temática subjacente a esta visita, sugeriu o Senhor Presidente que tal

reunião fosse aberta a todos os Senhores Deputados que manifestem interesse em nela participar, incumbindo os Serviços da Comissão de ultimar a respetiva organização, tendo em conta o facto de que estará ausente no estrangeiro já a partir de sexta-feira, devendo ser substituído na condução da reunião, nos termos que oportunamente fixará.

No encerramento deste ponto, o Senhor Presidente quis dar as boas vindas ao novo assessor da Comissão, Dr. Raul Maia Oliveira, no que foi secundado pelos Senhores Deputados Ricardo Baptista Leite (PSD) e Paulo Pisco (PS).

Relativamente ao **ponto 2.** da OD, foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD)** para apresentação do Parecer alusivo à Proposta de Resolução n.º 101/XII/4.^a, tendo explicado que o âmbito das alterações previstas aos Estatutos da Organização Mundial do Turismo se cingem à adoção do idioma árabe como língua oficial de trabalho desta Organização, atestando a força que o mundo árabe tem vindo a evidenciar nas organizações internacionais em que participa. Mais referiu que a lusofonia, a cujos países muito aproveitaria semelhante iniciativa, tem ainda muito caminho a percorrer.

Pediu a palavra o **Senhor Deputado Paulo Pisco (PS)** para sinalizar a similitude temática da matéria tratada neste Parecer com idêntica iniciativa da China. Mais sublinhou que, no caso do português, deveria já ter iniciado idêntico percurso, por tratar-se da quinta língua mais falada do Mundo.

Submetido à votação da Comissão, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Senhores Deputados presentes.

De seguida e já no **ponto 3.** da OD, foram lidas as Atas números 159 (06.01.2015) e 162 (13.01.2015), as quais, submetidas a votação, foram aprovadas por unanimidade dos Senhores Deputados presentes.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos pelas 17 horas e quarenta minutos.

A reunião foi integralmente gravada, existindo o seu registo áudio disponível para consulta em:

http://media.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL4/02_com/02_cnecp/20150217cnecp_cdn_cae.wmv

http://srvvideo3/site/XIILEG/4SL/COM/04-CAE/CAE_CNECP_CDN_20150217.mp3



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Palácio de São Bento, 17 de fevereiro de 2015

O Presidente da Comissão

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Carina Oliveira
Carla Cruz
Carlos Alberto Gonçalves
Celeste Correia
Feliciano Barreiras Duarte
Maria de Belém Roseira
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
Ângela Guerra
António Rodrigues
Jorge Rodrigues Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Filipe Lobo D' Ávila

Glória Araújo

Helena Pinto

Mário Magalhães

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

Carlos Páscoa Gonçalves

A presente Ata foi lida, aprovada e assinada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia **17 / 03 / 2015**.